

## **ENTRE O CONJUNTO HABITACIONAL E A FAVELA:**

### **NOVA HOLANDA – RIO DE JANEIRO**

*Claudia Peçanha da Trindade*

*Mestranda – PPGH UFF*

O objeto deste estudo é um espaço, histórico, geográfico e social, que está entre a favela e o conjunto habitacional. O Centro de Habitação Provisória de Nova Holanda, construído pelo Estado da Guanabara, no período inicial do governo de Carlos Lacerda (1960-1965), sobre aterro de área de mangue na margem da Baía de Guanabara e ao lado da Avenida Brasil, passou a abrigar desde 1962 famílias que vinham de favelas removidas – Esqueleto, Praia do Pinto, Querosene, Macedo Sobrinho – e desabrigadas pelas chuvas (1966/67) dentro da seguinte lógica:

habitações precárias destinadas a abrigar, provisoriamente, famílias que os assistentes sociais chamavam de sobra das remoções (SALIBY, 1977:37) isto é, aquelas que não atingiam o nível de renda de um salário mínimo necessário para participar do programa de aquisição da casa própria.” (OLIVEIRA, 1993:13)

Dessa forma, as famílias eram removidas das favelas, mas não iam definitivamente para um conjunto habitacional, ficavam no meio, no Centro de Habitação Provisória. Geograficamente também, já que podemos considerar a zona da Leopoldina, onde o CHP foi instalado, como o meio do caminho para os distantes conjuntos habitacionais da Zona Oeste da cidade.

A provisoriedade estava explicada na idéia de que “as famílias desobrigadas do pagamento da habitação poderiam “poupar” de modo a adquirirem sua casa própria”. (SALIBY apud OLIVEIRA, 1993: 13) Isso, obviamente sem considerar a precariedade dos ganhos dessa população e reproduzindo a lógica já implementada nos Parques Proletários, alguns dos quais, antes de sua extinção transformaram-se em CHPs<sup>1</sup>. Além dessa similaridade podemos apontar outra entre a política relativa a favela na década de 1940 e 1960: a forma da constituição desses espaços – Parques Proletários e Centros de Habitação Provisória – também com função educadora, pressupondo a incapacidade das

famílias em utilizar os equipamentos da nova casa e viver em comunidade, nos moldes impostos pelas idéias da classe média ou alta.

Com o objetivo de levar a termo essa função educadora, além de exercer maior controle sobre as casas, para que estas não fossem passadas ou vendidas, a Fundação Leão XIII, criada em 1947 através de acordo entre a prefeitura e a arquidiocese e incorporada à estrutura do estado da Guanabara em 1962, torna-se administradora do CHP de Nova Holanda, mantendo vivo o caráter de provisoriedade e o “fantasma” da remoção. (OLIVEIRA, 1993:15)

O CHP de Nova Holanda começou a ser ocupado em janeiro de 1962<sup>2</sup> e teve três etapas de construção:

- 1<sup>a</sup>- 980 casas pequenas de madeira, geminadas – em lotes de 5.00m x10.00m, que em blocos de 8 a 10 formavam um vagão, sendo que dois vagões simetricamente situados formavam uma quadra.
- 2<sup>a</sup>- Pouco mais de 1.000 unidades habitacionais, nos termos da primeira etapa.
- 3<sup>a</sup>- 6 blocos de casa de dois pavimentos – duplex. Galpões monoblocos, estrutura única, em madeira. Divididos internamente em 38 unidades – ao todo 228 com aproximadamente 30m<sup>2</sup> cada uma.

Além dessa construções em madeira foi erguido um galpão em alvenaria pré-moldada para funcionar como albergue para abrigar famílias vítimas dos desabamentos ocorridos na época das grandes enchentes no verão de 1966/67. (OLIVEIRA, 1993:13)

As redes de abastecimento de água, esgoto, e a rede de iluminação elétrica foram dimensionadas com capacidade de suprir a primeira etapa de construção, ficando sobrecarregadas e rapidamente tornando-se insuficientes. (VAZ e ANDRADE, 1994) A proibição de qualquer tipo de melhoria, ou mesmo conserto nas casas, levava também a uma rápida deterioração das moradias de madeira, que ameaçavam, nos piores casos, cair, sendo o perigo maior nos duplex. A justificativa desta proibição estava na manutenção da idéia de provisório e no “objetivo de se impedir a criação de vínculos maiores entre os moradores e a casa.” (SALIBY apud OLIVEIRA, 1993:18)

Ainda em 1964, apenas dois anos depois de ter começado a ocupação, já podiam ser vistas imagens de moradores carregando latas d'água, ou os barris, que ficaram conhecidos como *Rola*, equipamento feito de um barril de madeira e uma armação de madeira e ferro, que serviam para ir buscar água do outro lado da Avenida Brasil.

Para alguns a remoção significou uma melhora na condição da moradia, mesmo que a ótima oportunidade de ter água encanada tenha durado pouco.

“Uns não gostavam, mas a maioria do pessoal gostou. Era o barraquinho bem feitinho, quarto, sala, cozinha e banheiro. Tinha uma caixinha d'água. Depois a água acabou. Era lama preta. Carregava água de lata. (...) Minha mãe chorou muito. Teve os filhinho no Esqueleto, mas não era bom lá não. Cheio de viela, não tinha água também. Era também uma luta grande. Mudamos pra um lugar com água, ficamos satisfeitos, mas nossa alegria durou pouco. Ficamos 18 anos sem água.” (Depoimento D. Penha, agosto de 2004. Removida do Esqueleto.)

Entretanto para outros a remoção apresentou-se como dificuldade em relação a trabalho, lazer, e desilusão com a nova localidade de moradia.

No Leblon era tudo na mão o trabalho. Aqui, mais dificultoso. (Depoimento Seu Helio, agosto de 2004. Removido da Praia do Pinto)

Cheguei aqui com salto alto, que eu gostava. Joguei tudo na Maré! Como é que eu vou sair daqui com esse salto! Lá, saltava do bonde, já tava em casa! Quando eu cheguei aqui e vi a distância até a Av. Brasil, joguei meus sapatos de salto tudo fora! (...) Lá era maravilha! Eu não saía do cinema no Largo do Maracanã. (Depoimento D. Maria Poubel, agosto de 2004. Removida do Esqueleto)

A política de remoções implementada nas décadas de 1960 e 1970 não levou em conta as prováveis, que se demonstraram efetivas, perdas de ganho familiar visto que a distância da casa para o trabalho implicava em maior custo de transporte e redução de trabalhos informais realizados nas horas vagas, agora ocupadas pelo tempo de deslocamento, e ainda perda do trabalho de alguns membros da família, como, por exemplo, os bicos realizados pelas crianças ao carregarem comprar nas feiras livres da zona sul. Além das pressões emocionais sobre as famílias causadas pelo cansaço dos deslocamentos e diminuição do tempo disponível para a família estar reunida.<sup>3</sup>

E mais, a construção de habitações populares para famílias que seriam removidas de favelas, em sua maioria localizadas no centro e zona sul da cidade, nos locais distantes do centro urbano nos leva a encarar a necessidade de pensar como e porquê algumas camadas da população urbana não podem habitar determinadas áreas da cidade, sendo repetidamente empurradas, pelos empreendimentos do poder público, para locais cada vez mais distantes. Assim, as ações do Estado em remover famílias resultaram na expulsão de grupos de menor rendimento das áreas onde o excedente fiscal foi maior, ou, ainda, dificultou-se o acesso de famílias não proprietárias mais pobres às áreas mais valorizadas, já que se incrementa também o preço do aluguel. Os interesses pelo uso do solo urbano, que envolvem, construtores, especuladores imobiliários e agentes do poder público, acabam por vetar o acesso a determinados espaços urbanos aos grupos com baixa renda generalizando um discurso de naturalização das diferenças sociais e dos sacrifícios de uns para o progresso geral.

É o progresso, é o custo do progresso. Pra gente ver a nação subir, tem que passar por certas coisas que a gente nem gosta, mas fazer o quê? (Depoimento Cimar, agosto de 2004. Removido da Praia do Pinto)

Era preciso fazer a Radial Oeste. O progresso tava chegando. Então, tinha que tirar o pessoal. (Depoimento Tião, fevereiro de 2005. Removido do Esqueleto)

Sair dos locais onde moravam significou perda de laços afetivos para muitas famílias, tendo em vista que as transferências levavam em conta, geralmente, os ganhos familiares para alocar a população. Assim, dependendo de seus ganhos as famílias iriam para Cidade de Deus, Cordovil/Cidade Alta, Vila Kennedy, e se não pudessem, nominalmente arcar com os custos das mensalidades da casa própria eram encaminhadas para os Centros de Triagem, como o Centro de Habitação Provisória de Nova Holanda. Desta forma laços de família e amigos foram dificultados, senão desfeitos, levando a uma nova conformação local de adaptação e reconstrução de laços de vizinhança.

O governo fez remoção na gente pra tirar a favela lá pra trazer praqui. Botou gente pra tudo quanto é lugar. Um prum canto, outro pra outro, outro pra outro. Tem gente que era vizinho, eu não vi mais. (Depoimento Seu Otávio, agosto de 2004. Removido da Catacumba)

Como Nova Holanda reuniu pessoas de diferentes localidades, em geral trazidas sem muita possibilidade de escolha, e a alocação dessas famílias, pelo menos nos primeiros anos foi realizada por ruas, observamos alguns relatos de hostilidade entre os grupos de diferentes localidades de origens (Esqueleto, Macedo Sobrinho, Praia do Pinto, Querosene, etc) que poderiam ser analisadas como necessidade de forjar identidades de aproximação e diferenciação.

“Ih, aquele ali veio do morro do Querosene, não vamos nos misturar não”. A vizinha puxava papo, respondia e ia passando. A gente não deixava nosso filho se misturar não. Vai devagar, pega leve. (Depoimento D. Maria Poubel, agosto de 2004. Removida do Esqueleto)

Com o passar do tempo e os contatos nas instituições de lazer, o futebol e o samba, essas diferenciações foram se diluindo. Se de alguma forma o futebol marcava a diferenciação, pois cada time vinha de uma localidade diferente, embora a rivalidade em campo muitas vezes fosse esquecida na cerveja logo após o jogo, na criação do bloco de carnaval Mataram meu Gato a diferenciação que vinha na forma de bater o samba que cada localidade original tinha, devido a sua proximidade com as escolas de samba – Querosene com Estácio e Salgueiro; Esqueleto com Mangueira – transformou-se em defesa de um mesmo bloco. E assim “começaram a criar vínculo com a comunidade; construir uma história.” (Depoimento Roseni, agosto de 2004. Removida do Esqueleto)

Estar entre a favela e o Conjunto habitacional significava o quê? Não houve mudança da forma estigmatizada como as pessoas removidas de favelas eram tratadas pelo poder público e nem a aquisição da casa própria que o projeto de remoções propagandeava. Durante os vinte anos que a Fundação Leão XIII administrou o CHP, o medo e a insegurança gerada pela perspectiva de nova remoção era constante.

Quando nós viemos para cá era provisório. Já teve umas três remoções aqui. Pra suburbana ... Botava num saco o nome e falava, ó, a senhora vai se mudar, vai morar em tal lugar. (...) Não tinha escolha, ou senão vai morar na rua. Que a casa não era da gente, era provisório. (Depoimento Cimar, agosto de 2004. Removido da Praia do Pinto)

As relações travadas na Nova Holanda passam fundamentalmente pelo estabelecimento de novos laços de sociabilidade e pertencimento local que não apagam as lembranças do período das remoções para aqueles que o viveram mas que ressignificam o período de dificuldades afirmando uma relação afetiva com a Nova Holanda comum a todos os depoentes.

---

1 Os CHPs 1, 2 e 3, respectivamente Marquês de São Vicente, Caju, e Leblon, foram criados inicialmente como Parques Proletários, no governo Getúlio Vargas, passando na década de 1960 a denominarem-se Centros de Habitação Provisória e extintos entre 1969 e 1975. Ver Oliveira, Isis Volpi de. "Quem sabe faz a hora: a gestão popular na produção da habitação" Rio de Janeiro : UFRJ/IPPUR, 1993. Tese (mestrado)

2 "Mais 11 famílias estão no Parque Nova Holanda" Tribuna da Imprensa, 25/fev/1962

3 Para mais ver VALLADARES, Lícia do Prado. Passa-se uma casa: análise do Programa de Remoção de Favelas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.